

## **DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE E PERMANÊNCIA DE PESSOAS TRANS NA LICENCIATURA: UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI (UFSJ)**

Samuel Gonçalves de Matos Vicente<sup>1</sup>  
Ingrid Silva de Oliveira Leite<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Pensar políticas públicas e identidade docente em um país como o Brasil é um grande desafio. Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), apenas 0,02% das pessoas trans no Brasil tiveram acesso ao ensino superior, além disso, 90% vive ou já viveu da prostituição. As pessoas trans fazem parte da sociedade e estão presentes na educação, seja como docente ou graduando, embora muitas vezes sejam invisibilizadas. Recentemente, observa-se um movimento de inclusão de pessoas trans nas universidades brasileiras, como pela inserção de cotas trans em algumas universidades, inserida em um contexto político de avanço de pautas sociais. Nesse sentido, este trabalho apresentará um levantamento das medidas de inclusão de pessoas trans nos cursos de licenciatura nas universidades brasileiras a partir de um estudo de caso na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), localizada em Minas Gerais. A apresentação também apontará desafios que precisam ser encarados para garantir a permanência e conclusão de sua vida acadêmica a partir de entrevistas realizadas com alunos trans dos cursos de licenciatura da UFSJ. Afinal, para pensar sobre carreira e valorização docente exige refletir sobre quais professores estamos formando.

**Palavras-chave:** Políticas públicas, transgênero, formação docente, educação, professores trans.

### **INTRODUÇÃO**

Pessoas trans têm ocupado cada vez mais espaços de destaque no Brasil. Uma grande conquista para a comunidade, foi a implementação das cotas destinadas a pessoas trans em algumas universidades federais no Brasil, mesmo que esta destinação de vagas não tenha uma legislação federal para afirmá-la, tornando algo opcional de cada universidade. Tais conquistas refletem um contexto de avanço político nas discussões de pautas sociais acerca das pessoas trans. Apesar de 23 das 69 universidades federais no Brasil aderirem à política de

<sup>1</sup> Graduando do Curso de licenciatura em História da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ;

<sup>2</sup> Professora orientadora: Doutorado em História Universidade Federal Fluminense - UFF, Professora Adjunta de História do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.



afirmação para pessoas trans, permitindo com que mais pessoas trans tenham acesso a universidade, é importante destacar como esta parte da sociedade vive marginalizada. Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 90% das pessoas trans vive ou já viveu da prostituição, isso é um reflexo de uma sociedade que não somente os invisibiliza mas também rejeita e marginaliza sua existência.

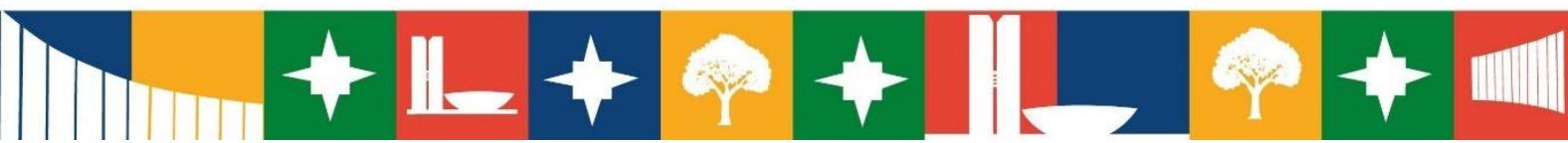
Em uma estrutura social cis e heteronormativa, desde a infância somos rodeados por estereótipos de gênero relacionados ao designado em nosso nascimento. Neste contexto, pessoas transgênero ao romper com estas normas implícitas, são cercadas por preconceitos e estígmas, tendo suas identidades rejeitadas e invisibilizadas. A partir da necessidade de dar voz e visibilidade a esta comunidade, a presente pesquisa foi articulada a partir de um estudo de caso na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). O objetivo é mapear as necessidades de políticas de permanência para esta parte marginalizada da sociedade, já que não basta apenas facilitar a entrada desta população na universidade, mas também garantir sua permanência, de maneira a afirmar sua cidadania e dignidade humana.

Foram realizadas quatro entrevistas com alunos trans de variados cursos de licenciatura da UFSJ, dos campus Dom Bosco (CDB) e Tancredo Neves (CTAN). As questões formuladas foram pautadas em suas experiências e necessidades enquanto pessoa trans dentro da universidade. Desta maneira, a pesquisa se deu de maneira qualitativa, a fim de explorar ao máximo os resultados obtidos em cada entrevista e, assim, mapear o que mais pode ser feito para garantir a permanência e formação de docentes trans, que encaram cotidianamente na academia preconceitos, medos, desrespeito ao seu nome e identidade, acarretando no desrespeito à sua existência. Ocupar a universidade sendo uma pessoa trans, adentrando espaços estruturalmente cismáticos, é um ato de luta e resistência.

## **SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO**

É necessário antes de tudo, compreender os termos que neste artigo serão utilizados, e a distinção de gênero e sexualidade. Battisti e Oliveira (2017) trazem de maneira clara estes conceitos:

Identidade de gênero: É como a pessoa se vê e se sente. Tem a ver com identificação. Ela pode se enxergar mulher cisgênero, homem cisgênero, transgênero, entre outros, e até não se identificar com nenhum deles.





Orientação sexual: É o que a pessoa sente por outra. Também está ligada à atração. Uma pessoa pode se considerar homossexual, heterossexual, bissexual, pansexual etc. (BATTISTI; OLIVEIRA, 2017, n. p.)

Outros conceitos importantes, utilizados no seguinte artigo, são apresentados pelo site IG Queer:

Expressão de gênero: É o modo como cada pessoa se expressa por meio do nome, roupas, cabelo, comportamento e voz.

Não-Binário: Termo associado a pessoas cuja identidade ou expressão de gênero não se limita às categorias masculino ou feminino.

Desta maneira, é importante ressaltar a distinção de identidade de gênero e sexualidade, comumente confundidos como um único conceito. Ou seja, a identidade de gênero está relacionada à maneira com a qual a pessoa se identifica em relação ao seu gênero, enquanto a sexualidade diz respeito a atração sexual e romântica. Sob essa ótica, pessoas que se enquadram na identidade transgênero, também podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais, etc.

## O ACESSO DE PESSOAS TRANS A EDUCAÇÃO

Dentro de nossa sociedade é evidente a maneira como a educação forma o cidadão e sua humanidade, mas, como afirma Maria Clara Araújo, pedagoga trans formada pela Universidade Federal de Pernambuco, em sua entrevista ao canal Afros e Afins:

“(...) ao compreender que a escola forma o humano, talvez [possamos entender que] a escola também construa essa não humanidade, a partir do momento em que ela nega certas demandas para certos corpos” (ARAÚJO, 2016)

Em sua entrevista, Maria Clara trata de diversos desafios e barreiras enfrentadas por pessoas trans desde o ensino básico no ambiente educacional, como a transfobia. A transfobia caracteriza-se como todo ato, discurso, preconceito, política ou postura discriminatória contra pessoas trans e travestis (ARAÚJO, 2016). Essa violência está profundamente institucionalizada na educação brasileira, pois segundo a Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) estima-se que 82% das pessoas trans e travestis abandonaram os estudos ainda na educação básica. Isso evidencia como essa parcela da sociedade é rejeitada e marginalizada, tendo o seu direito à educação de qualidade negada desde seu estágio inicial.



A pesquisadora Luma Nogueira de Andrade utiliza o termo “evasão involuntária” para tratar dos casos de desistência de pessoas trans na educação:

“Quando fui a campo entender por que as meninas não iam à escola, descobri que aquilo se dava por elas não terem a oportunidade de ser elas mesmas. Nos dados da Secretaria de Educação, esses casos constam como evasão, o que culpabiliza a pessoa. Então, eu utilizo o conceito de ‘evasão involuntária’, porque não é algo desejado pela estudante, mas sim imposto.” (ANDRADE, 2016)

Não é possível a construção de um ensino básico e de qualidade se, no ambiente educacional, o indivíduo se vê cercado de estigmas, preconceitos e violência contra sua existência. Se, como afirma o filósofo Kant, “O homem é aquilo que a educação faz dele”, o que será de uma pessoa que, dentro da educação, se depara apenas com a violência e rejeição de seu ser. Como será possível se formar para viver senão nas ruas ou explorados em trabalhos precários de baixa remuneração, como é a realidade de grande parte da população trans no Brasil?

## ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS TRANS NA UFSJ

Diante desse cenário, é interessante perceber sobre as experiências de pessoas trans que escolhem as licenciaturas como um caminho para a formação profissional. São pessoas que pretendem atuar como docentes nas mais diversas regiões. Nesse sentido, é interessante perceber se os incômodos colocados pela bibliografia que aborda a educação das pessoas trans também se faz presente para esses licenciandos.

A partir de 2015, a UFSJ implementou algumas políticas destinadas à inclusão de pessoas trans, como o direito básico de ter o uso do nome social assegurado nos documentos e sistemas usados pela instituição. Em 2022, os programas de pós-graduação passaram a destinar vagas para pessoas trans, a partir das cotas reservadas para pessoas em vulnerabilidade social, que corresponde a 5% das vagas totais. Em 2025, foi implementada a política de afirmação na graduação para pessoas trans em todos os cursos e campus da universidade. Tais políticas implementadas pela UFSJ permitem uma abertura para a ocupação de pessoas trans à universidade e foram resultado de uma grande luta dos movimentos estudantis da universidade e movimentos sociais no país.

Entretanto, tais políticas não são suficientes para garantir a sua permanência, pois, mesmo após conseguir seu acesso ao ensino superior, tendo enfrentado a precarização,



violência e preconceito em seu ensino básico, pessoas trans se encontram cercadas por desrespeito a sua identidade e nome, além da baixa e quase inexistente representação institucional e docente.

Foram realizadas entrevistas com diferentes alunos trans de licenciaturas, cujos nomes serão organizados de forma fictícia para manter o sigilo de suas identidades, da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), a fim de responder os seguintes questionamentos: Quais as dificuldades enfrentadas por pessoas trans dentro do espaço acadêmico? Como é a vivência e experiência de uma pessoa trans dentro da UFSJ? Quais políticas podem ser construídas a fim de garantir a permanência de pessoas trans na universidade?

Tabela 1: Entrevistados para a pesquisa

NOME	IDENTIDADE	PRONOMES	CURSO	PERÍODO
Hana	Não Binário	Ela/Elu	Teatro	8º
Douglas	Homem Transgênero	Ele	Letras Português	2º
Miki	Não Binário	Ele/Ela	História	8º
Maple	Não Binário	Ele/Elu	Teatro	8º

Fonte: Dados da pesquisa.

Miki, pessoa não binária (NB) estudante de licenciatura em História na UFSJ, ao narrar sua experiência como estudante trans enfatiza:

“(...) não me reconhecem como pessoa trans [por ser NB] eu sinto vergonha de ficar em público às vezes quando vou usar o pronome masculino, porque eu não quero que as pessoas fiquem questionando isso.”

Além das dificuldades enfrentadas por consequência de sua identidade, Miki ainda revela situações constrangedoras que passa dentro da universidade: “(...) às vezes os professores perguntam se esse é meu nome mesmo, isso eu acho constrangedor.”

Estes apontamentos trazem experiências desconfortáveis, que não seriam vivenciadas por pessoas cis. Além da dificuldade em acessar o ensino superior, as pessoas trans se deparam com um ambiente acadêmico no qual precisa enfrentar estígmas e preconceitos

associados a sua identidade, como o narrado por Miki. Ou seja, como uma pessoa pode se manter na graduação quando sua identidade e existência são constantemente questionadas e invisibilizadas? Como aponta a pesquisadora Luma Andrade, boa parte da evasão de meninas trans no ensino básico se dava pelo fato de que “(...) as meninas não podiam ser elas mesmas” (ANDRADE, 2016), estes problemas também aparecem quando falamos da graduação.

Outro aspecto trazido pelos entrevistados, foi a falta de preparo de professores e demais membros do quadro de funcionários da universidade. Miki, ao tentar solucionar o problema em relação a seu nome morto que estava sendo exibido nas chamadas e listas de turma, narra a dificuldade que enfrentou com a equipe responsável por tais procedimentos institucionais:

“(...) ninguém sabia me explicar direito como ia ficar no SIGAA [Sistema Integrado de Gestão e Atividades Acadêmicas], como ia sair no final no currículo [diploma].

A moça da DICON [Divisão de Acompanhamento e Controle Acadêmico] veio me perguntar se isso não ia da problema na minha graduação, e tipo, não é algo que eu deveria saber.”

O entrevistado Maple, estudante do 8º período em licenciatura em Teatro, relata que não encontrou dificuldades para adicionar seu nome social ao sistema da universidade, mas atenta ao fato de que é necessário uma boa orientação da equipe responsável:

“(...) essas questões de colocar nome social no SIGAA eu fui muito bem orientado pelo pessoal e eu acho que com a orientação certa fica menos confuso, porque você precisa ir na DICON [Divisão de Acompanhamento e Controle Acadêmico] e se você não souber orientar a pessoa ela fica bem confusa.”

Hana, estudante do 8º período em licenciatura em Teatro, também aponta sua experiência com as questões institucionais da universidade ao tentar adicionar seu nome social ao sistema: “Eu entendi o sistema burocrático bem rápido, mas ele é mal divulgado e de difícil acesso, porém a cota é mto boa em ajudar alunes trans nesse processo”

A partir destas experiências, se evidencia que, ao abrir as portas para pessoas trans, a universidade também necessita preparar sua instituição para recebê-las. Claro que tal responsabilidade cabe à instituição e não somente ao funcionário que realiza o papel de administrar os diversos sistemas da universidade. Este despreparo é relatado por Maple:



“(...) nos professores no geral tem uma questão de acessibilidade, ainda falta algumas coisas porque o professor não foi preparado pra ter aquele tipo de aluno então ele vai falar ‘ai meu deus que que eu faço agora’”

Se faz necessário que haja uma formação para que estes funcionários saibam orientar e esclarecer dúvidas que possam surgir no processo de adicionar o nome social da pessoa ao sistema da universidade, no momento de sua matrícula e em sua vivência dentro do espaço acadêmico como um todo. As cotas trans possuem importante papel neste aspecto, pois ao abrir espaço para que mais pessoas trans accessem a universidade, a instituição se vê obrigada a lidar com estas pessoas, tornando o ambiente gradativamente e de maneira forçada, mais preparado para lidar com estas pessoas.

É necessário ainda que se pense em políticas de permanência para pessoas trans. Como já citado, elas vivem em condições de vulnerabilidade social, reconhecidas até mesmo pela própria instituição UFSJ. Desta maneira, garantir seu acesso à universidade não é suficiente, os entrevistados Miki e Maple levantaram questões sobre a permanência de pessoas trans. Miki diz

“(...) é uma parte da população que não tem apoio de casa, algumas dessas pessoas são expulsas de casa, elas também não conseguem emprego mais facilmente [...] então são pessoas que têm menos acesso ao mercado de trabalho, que fica mais difícil se sustentar também.”

Pessoas trans estão mais receptíveis à evasão forçada da universidade, devido ao medo e violência que encaram cotidianamente, como a ANTRA afirma em seu dossiê:

“(...) pessoas trans jovens que têm menos esperança sobre o futuro, saem menos de casa por medo de serem agredidas, têm medo de acessar serviços de saúde, acessam menos os espaços públicos. Além disso, a exclusão é reforçada em escolas e universidades, no mercado de trabalho e até em espaços públicos, onde pessoas trans são humilhadas e enfrentam ataques constantes, sendo empurradas para a prostituição, o adoecimento e a morte.”

Maple também traz esse assunto em sua entrevista:

“(...) na questão de permanência eu acho que falta um pouco tipo eu ja tive amigos trans que engravidaram e tiveram que voltar pra propria cidade por questoes ne, ai tambem ja envolve questão de maternidade, que nao é uma questão cis so ne, a maternidade na universidade afeta pessoas trans também.”



Douglas, homem trans, estudante do segundo período de licenciatura em Letras Português e que teve seu acesso à universidade através das cotas trans, também pontuou tal assunto e a difícil vivência da maioria das pessoas trans em sua entrevista, ele diz

“(...) é muito importante incluir pessoas trans nesse meio principalmente neste meio que é a educação que é quando você se qualifica pra conseguir pelo menos tentar sair do que você tá acostumado e tentar ousar e se desafiar no meio acadêmico.

Eu conheço muitas pessoas que são da comunidade trans que não estão na faculdade que precisam trabalhar e não tem tempo pra se dedicar efetivamente pra uma graduação, você vai preferir sempre sobreviver né ah vou estudar ou vou comer, vou pagar um aluguel ou vou estudar sabe.”

Estas falas evidenciam ainda mais a necessidade da construção de políticas de permanência voltada para pessoas trans, Douglas ainda pontua:

“(...) não só a questão financeira mas tipo também construir um alojamento - disponibilizar vagas da moradia a pessoas trans - exatamente porque tem realmente pessoas trans que estão na situação de rua.

É literalmente o mínimo que a pessoa precisa pra viver em sociedade que é moradia, alimentação e educação.”

Fica evidente que pessoas trans vivem à margem de nossa sociedade, tendo seu direito à dignidade humana através do acesso básico à educação, moradia e alimentação negada cotidianamente. Por isso, são necessárias políticas sociais e de permanência voltadas para estas pessoas, a fim de garantir seu direito.

Como podemos, então, pensar em políticas de permanência para este grupo vulnerável em nossa sociedade? Um ponto de partida é pensar na garantia de alimentação e moradia. Atualmente, a UFSJ conta com três restaurantes universitários na cidade de São João del Rei, oferecendo uma alimentação de qualidade e baixo custo aos estudantes. Os restaurantes universitários são um importante passo para a permanência dos estudantes como um todo. Outra questão, a da moradia, como citado por Douglas, pode se pensar uma determinada quantidade de vagas na moradia estudantil e destiná-las a pessoas trans. Tais ações são possíveis de serem realizadas pela universidade e que podem garantir a permanência desta população, reconhecida pela própria instituição como pessoas em condição de vulnerabilidade social.



Outro ponto que pode ser pensado, é a destinação de vagas em projetos de extensão, iniciação científica e diversos outros projetos desenvolvidos na universidade para pessoas trans. Como Miki diz:“(...) dentro da universidade pra programas de extensão e esse tipo de coisa, não tem por exemplo critério nenhum com ações afirmativas”.

Podem ser pensados projetos que sejam voltados a esta população, como o que foi pensado pela médica endocrinologista Aisha Aguiar, professora do curso de medicina da UFSJ no campus de Divinópolis, onde o projeto buscava mapear as necessidades de saúde da população trans na cidade.

Outro projeto inspirador é o Falatrans, projeto coordenado pela professora do curso de psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) Alinne Nogueira, que oferece atendimento psicológico gratuito a pessoas trans na cidade de Juiz de Fora.

Maple também traz pontuações sobre esta questão:

“(...) uma coisa que falta na UFSJ e que ela tem poder pra isso é a questão do ambulatório, que seria de grande ajuda pra gente já que tipo transição todo custo é muito caro e a gente tem uma faculdade pública aqui com medicina que ajudaria muito”.

O ambulatório trans seria um projeto voltado para o fornecimento de atendimento multidisciplinar gratuito para pessoas trans, como endocrinológico, psicológico, entre outros, algo extremamente necessário para a garantia da saúde dessas pessoas. Em especial, a oferta de atendimento psicológico é de extrema importância, já que a população trans no Brasil enfrenta diariamente violência e descriminação contra sua existência. A insegurança de exercer a docência foi apontado por todos os entrevistados, Miki diz:

“Quando eu tô no estágio eu nem uso os nomes masculinos porque eu acho que os meninos estranham muito e começam a me questionar. [...]”

“Eu às vezes me sinto desconfortável de estar na universidade, em relação ao meu corpo, como as pessoas vão me ver e assim, isso me deixa com a mínima vontade de estar lá.”

Douglas também traz aspectos que o deixam inseguro sobre seguir com a carreira docente:

“(...) meu sonho é ser professor né mas eu também tenho cabeça de aluno e eu sei como alunos são e principalmente os mais jovens, eu tenho vontade de lecionar na universidade claro mas eu não vou conseguir fugir de escola [...] eu já sou baixinho e mais afeminado assim então eu fico me perguntando como eu



devo me portar, a questão de ser trans para mim me fez acreditar por muito tempo que o trabalho ideal para mim fosse um trabalho que não lida com pessoas.”

Maple ainda relata: “(...) eu já vejo que tem alguns lugares onde eu não vou conseguir trabalhar por uma questão onde minha identidade vai ser um impedimento, não por mim mas por parte da escola.”

Hana também fala sobre a dificuldade em ser um docente trans: “(...) nunca pensei em desistir, mas sei quais são os espaços que serei bem recebida ou não.”

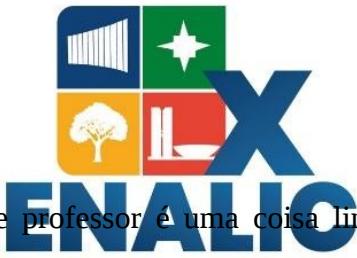
Através das experiências narradas, ficam explícitas as necessidades de políticas e projetos voltados para pessoas trans dentro da universidade, a fim de garantir sua saúde física e mental, e assim, sua permanência na universidade.

A ocupação de pessoas trans na universidade é de fundamental importância, Douglas diz:

“(...) na minha sala, sou calouro de letras, não tem só eu de pessoa trans, ela não entrou por cotas mas eu sim então então tipo assim se eu não tivesse entrado ela estaria sozinha como sempre nós somos sempre os unicos da sala os unicos daquele espaço então é importante porque assim que você começa de fato a incluir grupos é quando você percebe que eles estão existindo no mesmo ambiente que todo mundo porque transfobia, racismo, qualquer tipo de discriminação assim é porque as pessoas não tem essas pessoas diversas no ciclo social na rotina.”

Ao ser questionado sobre se existia insegurança em participar de projetos de extensão e demais programas da UFSJ, Maple respondeu: “(...) eu vi muito mais como eu tenho que ocupar este espaço do que não eu não posso ocupar este espaço tipo, eu tenho que ocupar pra mostrar que pessoas trans também conseguem.”

Fica claro como a carreira docente para pessoas trans é cercada de medos, inseguranças e receios. Ao olhar para as instituições, quase não se vê pessoas trans lecionando, se graduando ou mesmo pós-graduando. Todas estas questões mostram a necessidade da ocupação de pessoas trans nesses espaços estruturalmente cismórficos. Desse modo, conseguirão representar a comunidade como uma maneira de dizer ao mundo que não irão conseguir nos eliminar nem calar. Terminamos este artigo com uma frase de grande peso dita pelo entrevistado Maple:



“(...) ser trans e professor é uma coisa linda e é muito importante a gente mostrar pras pessoas que a gente consegue ocupar esses lugares que a gente consegue exercer a profissão que a gente quiser da maneira mais linda possível.”

## CONCLUSÃO

A presente pesquisa evidenciou que, embora avanços tenham sido alcançados em questões de acesso de pessoas trans ao ensino superior, sobretudo com a implementação de políticas afirmativas como as cotas, ainda persistem inúmeros desafios que comprometem a permanência e a formação dessa população marginalizada na universidade. As entrevistas realizadas com estudantes trans da UFSJ revelaram um cenário marcado por inseguranças, despreparo institucional, desrespeito à identidade e ausência de políticas efetivas de acolhimento e apoio psicossocial.

Torna-se claro que garantir o acesso não é suficiente, é necessário que as universidades adotem políticas de permanência, como a ampliação de auxílios estudantis, a reserva de vagas em moradias universitárias, o fortalecimento de espaços de acolhimento psicológico e a formação continuada de servidores e docentes sobre diversidade de gênero e o acolhimento de pessoas trans. Além disso, projetos de extensão e ações afirmativas específicas para pessoas trans podem contribuir para a criação de ambientes mais inclusivos e representativos.

A presença de pessoas trans nos cursos de licenciatura e, futuramente, na docência, representa um avanço significativo para a construção de uma educação verdadeiramente diversa. Ser um docente trans é um ato político e de resistência que desafia as estruturas cisnormativas e reafirma o direito à existência digna e à ocupação de todos os espaços sociais.

## REFERÊNCIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. UFSJ aprova política de cotas para pessoas trans. UFSJ Notícias, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. Uso do nome social: UFSJ reforça compromisso com diversidade. Boletim UFSJ, n. 721, 2023.

G1 ZONA DA MATA. UFSJ aprova política de cotas para a pós-graduação. G1, 21 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Atendimento psicológico gratuito a pessoas trans está com chamada aberta. UFJF Notícias, 11 mar. 2022.



G1 CENTRO-OESTE DE MINAS. Projeto acadêmico da UFSJ quer mapear demandas de saúde das pessoas trans em Divinópolis e região. G1 29 abr. 2023.

CNN BRASIL. Brasil tem 69 universidades federais: conheça cada uma. CNN Brasil, 2024.

IG QUEER. Dicionário de gênero: conheça todos os termos e saiba quando usá-los. Queer iG, 3 mar. 2021.

PÉRICO, Lucas. Educação e sexualidade: a discriminação do público trans no contexto escolar. 2021. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2021.

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Brasília, 2025.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Relatório de violência homofóbica no Brasil: ano 2013. Brasília, 2014.

INSTITUTO UNIBANCO, Observatório de Educação. A experiência das pessoas trans e travestis na educação.

BRASIL. Constituição Federal de 1988 que garante a cidadania e dignidade da pessoa humana BRASIL, 1988, art. 1.º, inc. II e III.

MARTINS, Alexandre. A criminologia queer e o abolicionismo penal transviado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

BASTIT, Eliza, OLIVEIRA, Samuel. Sexo, gênero e orientação sexual na pesquisa sociolinguística. Gênero e Lingua (gem): Teoria e prática. EDUFBA, Salvador, 2017.

MIKI. Entrevista cedida a Samuel Gonçalves de Matos Vicente. São João del Rei, 2025.

DOUGLAS. Entrevista cedida a Samuel Gonçalves de Matos Vicente. São João del Rei, 2025.

MAPLE. Entrevista cedida a Samuel Gonçalves de Matos Vicente. São João del Rei, 2025.

HANA. Entrevista cedida a Samuel Gonçalves de Matos Vicente. São João del Rei, 2025.